


Heloisa Alves Martins da Rocha

Universidade Estadual de Londrina,
UEL, PR, Brasil


E-mail: heloisa.mart2020@uel.br

 <https://orcid.org/0009-0003-5890-3325>

Mariana Vaitiekunas Pizarro

Universidade Estadual de Londrina,
UEL, PR, Brasil

E-mail: marianavpz@uel.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2912-9436>

Recebido em: 13/06/2024

Aprovado em: 25/09/2024

O estágio não-obrigatório no curso de pedagogia: contribuições formativas e contradições presentes

Heloisa Alves Martins da Rocha
Mariana Vaitiekunas Pizarro

Resumo

Este artigo tem por objetivo compreender as vivências do estágio curricular não-obrigatório como espaço formativo para as/os futuras/os pedagogas/os, por meio das reflexões apresentadas pelas/os estudantes do curso de Pedagogia, buscando evidenciar suas contribuições e contradições. A pesquisa, de caráter qualitativo, apresenta considerações da literatura sobre os aspectos formativos e ponderações de estudantes de uma universidade pública estadual do norte do Paraná, sobre as experiências vividas durante o estágio não-obrigatório a partir de um questionário semiestruturado. Os resultados, organizados a partir das categorias (a) razões e motivações para a vivência do estágio não-obrigatório; (b) vantagens e pontos positivos gerados pela vivência; e (c) desafios e pontos negativos gerados pela vivência, apontam que, para as/os estagiárias/os, as contribuições desta modalidade de estágio incluem reconhecer-se em atuação, o aprimoramento de habilidades, a imersão por mais tempo no ambiente escolar, a possibilidade de inserir-se futuramente no mercado de trabalho e a remuneração temporária, que colabora para a permanência na universidade. Como contradições, ressaltam o desvio de funções, o acúmulo de demandas do estágio e da universidade e a baixa remuneração, sendo esses os aspectos que também permeiam essas experiências. Outrossim, a pesquisa aponta a necessária definição, por meio de legislação pertinente, das ações esperadas de estagiárias/os em campo, tendo em vista preservar o caráter verdadeiramente educativo dessas vivências, bem como qual o impacto do estágio não-obrigatório – e das múltiplas funções que os estudantes assumem – na desvalorização e supressão de espaços de atuação para profissionais já habilitados à docência.

Palavras-chave: Estágio não-obrigatório. Pedagogia. Formação de professores.



<http://www.perspectiva.ufsc.br>
<http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2025.e100648>

Abstract**The non-mandatory paid internship in the pedagogy course: formative contributions and present contradictions**

This article aims to understand the experiences of non-mandatory paid internships as training spaces for future pedagogues, through the reflections provided by students enrolled in a Pedagogy course, seeking to highlight their contributions and contradictions. The qualitative research seeks to present considerations from the literature on the formative aspects and ponderings from students of a public state university in northern Paraná about the experiences during the non-mandatory paid internship, based on a semi-structured questionnaire. The results, organized into the categories (a) reasons and motivations for experiencing the non-mandatory internship; (b) advantages and positive points generated by the experience; and (c) challenges and negative points generated by the experience, show that, for interns, the contributions of this internship modality include the opportunity for self-recognition in professional practice, skill improvement, longer immersion in the school environment, the possibility of future job market entry, and temporary financial remuneration, which helps them stay at the university. As contradictions, students highlight the diversion of duties, the accumulation of internship and university demands, and low remuneration as pervasive aspects of these experiences. Furthermore, the research points to the necessary definition, through relevant legislation, of the expected actions of interns in the field, with a view to preserving the truly educational character of these experiences, as well as the impact of the non-mandatory paid internship – and the multiple roles that students assume – on the devaluation and suppression of spaces for professionals already qualified to teach.

Keywords: Non-mandatory paid internship.
Pedagogy.
Teacher training.

Resumen**La pasantía no obligatoria en el curso de pedagogía: aportes formativos y contradicciones presentes**

Este artículo tiene como objetivo comprender las experiencias de la pasantía curricular no obligatoria como espacio de formación de futuros pedagogos, a través de las reflexiones presentadas por estudiantes de la carrera de Pedagogía, buscando resaltar sus aportes y contradicciones. La investigación cualitativa presenta consideraciones de la literatura sobre los aspectos formativos y consideraciones de estudiantes de una universidad pública estatal del norte de Paraná, sobre las experiencias durante la pasantía no obligatoria a partir de un cuestionario semiestructurado. Los resultados, organizados en las categorías (a) motivos y motivaciones para realizar la pasantía no obligatoria; (b) ventajas y puntos positivos de la experiencia; y (c) desafíos y puntos negativos, indican que, para los pasantes, los aportes incluyen el reconocimiento en la acción, la mejora de habilidades, la inmersión prolongada en la realidad escolar, la posibilidad de insertarse en el futuro en el mercado laboral y la remuneración temporal, que ayuda a permanecer en la universidad. Como contradicciones destacan el desvío de funciones, la acumulación de demandas universitarias y los bajos salarios, siendo estos los aspectos que también permean estas experiencias. Además, la investigación apunta a la necesidad de definir, a través de la legislación pertinente, las acciones esperadas de los pasantes en el campo, con miras a preservar el carácter verdaderamente educativo de estas experiencias, así como el impacto de las prácticas no obligatorias – y las múltiples funciones que asumen los estudiantes – en la devaluación y supresión de espacios para profesionales ya capacitados para enseñar.

Palabras clave:
La pasantía no obligatoria.
Pedagogía.
Formación de profesores.

Introdução

Ao refletir sobre a formação profissional docente ao longo dos anos, encontramos referenciais que nos auxiliam na busca por uma compreensão mais apurada da complexidade envolvida na formação de um novo professor. Este artigo tem como referencial teórico a formação de professores e as nuances envolvidas neste processo, amplamente discutidas por pesquisadores como Nóvoa (1995), Pimenta (2005), Nono e Mizukami (2006), Saviani (2011), Pimenta e Lima (2012), Tardif (2014), apenas para citar alguns, que se debruçaram sobre as múltiplas ações que envolvem a formação de professores na licenciatura, o estágio curricular supervisionado obrigatório e o estágio não-obrigatório. Ambas as atividades ganham destaque como sendo aquelas que aproximarão, cada vez mais, o licenciando da realidade da sala de aula e do cotidiano da própria profissão.

Conforme destacam Pimenta e Lima (2012), precisamos reconhecer a prática do estágio como uma das estratégias de preparação do estudante para a aproximação com sua futura área de atuação, compreendendo as possibilidades e os desafios em diferentes modalidades de ensino. Estabelecem-se, assim, relações teóricas e práticas diante da realidade, tendo em vista compreender a ação do professor, sua relação com as crianças e como o estagiário articula tais aspectos e saberes, de modo a contribuir em sua própria formação inicial.

Assim, esta pesquisa nos leva a buscar respostas para a seguinte indagação: o estágio não-obrigatório remunerado, com as vivências que proporciona no mercado de trabalho, de fato contribui para a formação das/os futuras/os pedagogas/os ou se torna apenas um apoio financeiro para as/os estudantes permanecerem na graduação? Nossa hipótese é de que muito embora essas experiências gerem aprendizagens significativas durante o processo formativo, o espaço do estágio não-obrigatório pode também, por vezes, colocar as/os estudantes-estagiárias/os em situações de atuação complexas por não ser um profissional formado e ter que assumir responsabilidades – ou ter sua ação desviada – para atender demandas diversas do campo de estágio.

Deste modo, o presente artigo traz dados de uma pesquisa que buscou compreender as vivências do estágio curricular não-obrigatório como espaço de formação para as/os futuras/os pedagogas/os por meio das reflexões apresentadas pelas/os estudantes do curso de Pedagogia, buscando evidenciar contribuições e contradições deste processo.

Neste artigo, apresentaremos ponderações a partir de referenciais teóricos sobre formação de professores, pesquisas que avançam nas discussões sobre o estágio não-obrigatório como espaço formativo, e dos dados coletados na realidade de estudantes estagiárias/os, especificamente do curso de Licenciatura em Pedagogia de uma universidade pública do norte do Paraná.

A pesquisa, de caráter qualitativo, busca conhecer as múltiplas experiências vivenciadas pelas/os estudantes do curso de Pedagogia em campos do estágio não-obrigatório, sendo contempladas as seguintes modalidades: Educação Infantil; Anos Iniciais; Salas Multisseriadas; e Comunidade em Geral (por meio da educação não formal).

Nesse sentido, pretendemos integrar as perspectivas das/os estagiárias/os sobre teoria e prática, o papel das/os docentes que supervisionam suas ações, da universidade e dos campos de estágio, bem como suas condutas e colaboração nestes espaços, perpassando pelas condições e intencionalidades na formação.

O artigo se organiza da seguinte maneira: na primeira seção discutimos o estágio na modalidade não-obrigatória e sua contribuição para a formação docente, com os apontamentos da literatura e da legislação vigente sobre a relevância do estágio e suas diferentes modalidades na formação de novos professores; na segunda seção apresentamos o que dizem as pesquisas sobre as contribuições e contradições do estágio não-obrigatório a partir de um levantamento bibliográfico realizado nos últimos dez anos (2013-2023), tendo em vista reconhecer alinhamentos e dissonâncias entre as pesquisas realizadas nos mais diversos contextos, sobre a experiência do estágio não-obrigatório na formação da/o pedagoga/o; já na terceira seção são apresentados os delineamentos metodológicos da pesquisa e as condições para a coleta de dados; na quarta seção são feitas as ponderações sobre as aprendizagens mobilizadas pela experiência do estágio não-obrigatório e os desafios subjacentes a ele; e por fim, apresentamos nossas considerações finais.

O estágio na modalidade não-obrigatória e sua contribuição para a formação docente

A formação de novas/os professoras/es é essencial para a sociedade e a formação de futuras gerações. Posto isso, constatamos a relevância do papel assumido pela universidade, em oportunizar situações que enriqueçam a formação dos futuras/os profissionais para que possam reconhecer-se neste papel, oferecendo uma compreensão mais aprofundada da realidade de sua atuação, de modo a estabelecer significativas associações na indissociabilidade entre teoria e prática (Nóvoa, 1995, p. 104) ao longo do processo de aprendizagem na graduação.

Sancionado na Lei nº 11.788 (Brasil, 2008, cap. I, art. 1), o estágio configura-se como uma prática formativa curricular supervisionada, a qual visa explorar o campo de experiência, para aproximação da compreensão e atuação do profissional que se intenciona formar.

O Art. 1 da lei, define o estágio como:

Estágio: ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam matriculados e com frequência regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Brasil, 2008, cap. I, art. 1).

Conforme a lei supracitada, o estágio subdivide-se em duas categorias: *a) obrigatório*, que é pautado em currículo, definido como exigência do curso e cuja carga horária é requisito mínimo para a aprovação e aquisição do diploma, desenvolvendo-se sempre com auxílio de um/a professora/o supervisora/o da modalidade de ensino em execução, o qual orienta e realiza mediações na relação entre estagiário, instituição e teorias de ensino; *b) e não-obrigatório*, que ocorre como atividade opcional do curso, sendo uma complementação à carga horária da formação, o qual não exige a presença direta de um/a supervisora/o (Brasil, 2008, cap. I, art. 2).

Como visto, nos cursos de Licenciatura, um dos caminhos que se apresentam para a articulação de saberes é o estágio não-obrigatório, uma vez que oferece ao estudante vivências em situações práticas de sua própria profissão, por um tempo muito maior do que o estágio curricular obrigatório, que tem carga horária pré-definida.

Pensando na formação de professoras/es e no desenvolvimento de saberes profissionais da docência, Tardif (2014) aponta que “os docentes, no exercício de suas funções e na prática de sua profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano [...] os quais brotam da experiência e são por ela validados” (Tardif, 2014, p. 39). O autor destaca ainda que é “[...] através de suas próprias experiências, tanto pessoais quanto profissionais, que constroem seus saberes, assimilam novos conhecimentos e competências e desenvolvem novas práticas e estratégias de ação” (Tardif, 2014, p. 234). Ou seja, considera-se o acesso ao campo de estágio como oportunidade que viabiliza a aprendizagem na prática, sendo reconhecida como uma preparação da/o estudante para a compreensão da atividade profissional e da imersão na realidade.

Para Antunes e Bittencourt (2018, p. 216), é justamente a imersão na realidade por um prazo maior que torna o estágio não-obrigatório um espaço formativo relevante pois esta modalidade de estágio pode ter até dois (2) anos de duração, favorecendo o acompanhamento de turmas, a aprendizagens das crianças, o convívio diário com professores e suas demandas, com os responsáveis pelos/as estudantes e com a rotina da gestão escolar, enriquecendo a formação docente por meio de ações e atuações para além daquelas oferecidas pelas universidades.

Segundo Weffort (1995 *apud* Ostetto; Maia, 2019), a ação e a importância da observação como reflexão da prática, oferecem ao futuro docente a oportunidade de compreender que:

observar não é invadir o espaço do outro, sem pauta, sem planejamento, nem devolução, e muito menos sem encontro marcado. Observar uma situação pedagógica é olhá-la, fitá-la, mirá-la, admirá-la, para ser iluminada por ela. Observar uma situação pedagógica não é vigiá-la, mas sim, fazer vigília por ela, isto é, estar e permanecer acordado por ela, na cumplicidade da construção do projeto, na cumplicidade pedagógica (Weffort, 1995 *apud* Ostetto; Maia, 2019, p. 17).

Aqui se faz necessário destacar um ponto: a interpretação do papel do estágio não-obrigatório na formação das/os estudantes de Pedagogia parece apresentar-se sempre em caráter de dualidade: como contribuição para as múltiplas aprendizagens profissionais no cotidiano da escola *versus* as variadas interpretações sobre o papel que a/o estagiária/o assume nesses espaços. Em uma busca sobre artigos que discutem o estágio não obrigatório nos cursos de Pedagogia nos últimos dez anos (2013-2023), encontramos dez (10) pesquisas que evidenciam, por meio de seus dados, essa dualidade.

O que dizem as pesquisas sobre as contribuições e contradições do estágio não-obrigatório

A busca foi realizada na plataforma Google Acadêmico, utilizando as palavras-chave “estágio não obrigatório”; “estágio não-obrigatório”; e “pedagogia” no recorte temporal 2013-2023 (últimos dez anos). Inicialmente, foram encontrados 36 (trinta e seis) trabalhos elegíveis a partir dos termos de busca, porém, nosso interesse esteve especificamente em pesquisas do tipo artigos e que se dedicassem ao estágio não obrigatório na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Desta feita, as incidências em outros formatos tais como trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado, resumos, resumos expandidos, trabalhos completos em anais de eventos científicos, entrevistas e outros, não foram considerados. Quando as incidências da busca passaram a apresentar trabalhos sobre o estágio não-obrigatório especificamente na segunda etapa do ensino fundamental, no Ensino Médio, na educação especial, no ensino superior e em outros espaços de atuação da/o pedagoga/o que não os escolares, consideramos que o escopo da pesquisa já havia sido atendido. Deste modo, chegamos ao número final de 10 (dez artigos) para análise, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Artigos selecionados que abordam o estágio não obrigatório de estudantes de Pedagogia na educação infantil e nos anos iniciais nos últimos dez anos (2013-2023)

Ano	Periódico	Autores	Título
2017	Textura (Canoas)	Paiva e Costa	O estágio não obrigatório no contexto da formação inicial do pedagogo
2018	Saberes Pedagógicos, (Criciúma)	Antunes e Bittencourt	Aproximações e distanciamentos entre a formação acadêmica em pedagogia e o estágio não obrigatório
2019	Saberes Pedagógicos, (Criciúma)	Casagrande e Casagrande	Os desafios dos acadêmicos do curso de pedagogia sobre o estágio não obrigatório
2019	Olhar de Professor	Ostetto e Maia	Nas veredas do estágio docente: (re)aprender a olhar.
2022	Linhas Críticas	Araújo; Braga e Venâncio	Estudantes de Pedagogia em estágio não obrigatório: reflexões para a formação docente
2022	Revista Retratos da Escola (Brasília)	Demschinski e Flach	Exploração discente: contradições do estágio não obrigatório em cursos de Pedagogia
2022	Revista Eletrônica Científica Ensino	Portelinha, Borssoi e	O estágio remunerado no curso de pedagogia: Experiência com o trabalho

	Interdisciplinar (Mossoró)	Nez	docente
2022	Formação Docente (Belo Horizonte)	Pretto e Portelinha	O estágio não obrigatório remunerado na formação de professores: elementos históricos e legais
2022	Revista de Pedagogia Social (UFF)	Lima; Silva e Vicente	Estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório: contribuições para formação e atuação pedagógica
2022	Cadernos de Estágio (UFRN)	Sulaiman; Santos; Nascimento; Bortoletto e Lima Neto	Estágio obrigatório e não-obrigatório como espaço dialógico de formação docente

Fonte – As autoras

No recorte temporal definido, das 10 (dez) pesquisas apresentadas a seguir, 6 (seis) delas foram publicadas em 2022, o que revela o crescente interesse em compreender os aspectos formativos envolvidos nas experiências de estágio não-obrigatório vivenciadas pelos estudantes do curso de Pedagogia.

Iniciando nossas ponderações a partir dos artigos encontrados, observamos que, reforçando o entendimento sobre a necessidade de refletir sobre as experiências vividas na realidade escolar, especialmente no estágio não-obrigatório, Paiva e Costa (2017), ao realizarem um levantamento bibliográfico com recorte temporal de 2006 à 2015 (recorte escolhido tendo em vista mudanças nos marcos legais sobre o tema), exploraram as reflexões de quatro estudos que se relacionavam diretamente com o estágio não-obrigatório e apontam um elemento unificador que perpassa os trabalhos: a importância de proporcionar visibilidade às ações desses estudantes que colaboram na construção da educação por meio de sua atuação em diferentes espaços, sendo essencial “[...] dar vez e voz a alguns desses sujeitos, por vezes ocultos dos estudos na área da educação, que atuam nas instituições escolares” (Paiva; Costa, 2017, p. 130) já que, muitas vezes, conforme destacam Barreiro e Gebran (2006, p. 26), “[...] os estágios têm se constituído de forma burocrática, com preenchimento de fichas e valorização de atividades que envolvem observação, participação e regência, desprovidas de uma meta investigativa”.

Buscando justamente dar voz a essas experiências, Antunes e Bittencourt (2018) realizaram uma entrevista semiestruturada com dez (10) estudantes de Pedagogia que realizam estágio não-obrigatório em escolas privadas e públicas da cidade de Criciúma (SC) e região, e revelam como principais resultados o reconhecimento, por parte das estudantes, do estágio não-obrigatório como um exercício de imersão na realidade escolar já que ele dura mais tempo do que o estágio obrigatório e estar em contato constante com a comunidade escolar e suas demandas (professores, gestores, pais, funcionários). Por meio das respostas das estudantes também foi possível refletir sobre duas demandas que se impõem à universidade e à escola: para a primeira, a importância de dar esclarecimento às estudantes sobre seus direitos e deveres e a regulamentação interna e externa que rege as ações da universidade no âmbito do estágio não-obrigatório; e para a segunda, a escola

que recebe as/os estagiárias/os, que se articulem para preparar todos os profissionais, principalmente os professores regentes de turma, para que garantam o aprendizado ao estagiário. (Antunes; Bittencourt, 2018, p. 216)

Casagrande e Casagrande (2019) também entrevistaram sete (7) estudantes dos anos finais do curso de Pedagogia de uma universidade estadual de Santa Catarina, sobre o estágio não-obrigatório. Por meio na análise das entrevistas, foi possível destacar que, ao final, apesar das interpretações variadas sobre a relevância desse estágio para a formação (uma vez que as experiências são diferentes em espaços diferentes) e dos desafios encontrados que exigem paciência, determinação e força de vontade para continuar, todas afirmaram que o estágio não-obrigatório as aproximou mais da “escola real” (Casagrande; Casagrande, 2019, p. 61).

Para além das exigências burocráticas que formalizam o estágio não-obrigatório, o contato e a interlocução com a realidade, os contextos, as metodologias e as amplas possibilidades de experiências configuram-se também como parte relevante do processo formativo. Para Ostetto e Maia (2019) almeja-se que essas experiências conduzam os estudantes a uma análise sobre a indissociabilidade entre teoria e prática, compreendendo a relação dialética entre ambas, de modo que a reflexão seja dinamizadora da prática e que a prática gere ações transformadoras por meio da atuação docente intencional e planejada (Ostetto; Maia, 2019, p. 41).

Araújo, Braga e Venâncio (2022) também buscaram compreender os desafios encontrados em espaços de estágio não-obrigatório para estudantes de Pedagogia de uma instituição de ensino superior de Minas Gerais. Apesar das estudantes relatarem que os benefícios do estágio são inúmeros (Braga; Venâncio, 2022, p. 11), foi possível notar que os desafios apresentados por elas também se configuram em desafios apontados em outras pesquisas: assumir as atividades em substituição ao professor regente; acompanhar estudantes com deficiência sem a formação necessária para atender de maneira eficiente e construtiva essas demandas que devem garantir uma inclusão de qualidade para as crianças.

Discutindo os dilemas gerados no campo de estágio não-obrigatório à luz do materialismo histórico e dialético, Demschinski e Flach (2022) aplicaram um questionário a estudantes de duas instituições de ensino superior (pública e privada) do norte do Paraná e, após a análise de dados, apontam que, ao mesmo tempo em que esta modalidade de estágio oportuniza experiências, ela também revela intenções da lógica capitalista em aproveitar-se da possibilidade de mão de obra com baixo custo, gerando “[...] a omissão e/ou aceitação da relação de exploração e execução de atividades destinadas aos profissionais habilitados sem qualquer vínculo empregatício formal” (Demschinski; Flach, 2022, p. 204). Além disso, apesar do estágio não-obrigatório gerar algum ganho financeiro para as estudantes para que possam, inclusive, manter-se na universidade, bem

como situações reais de aprendizagem, esses “desvios de funções” que ocorrem nos campos de estágio também revelam:

a desvalorização de profissionais habilitados/as, visto que reduzem as vagas disponíveis e não são realizados concursos públicos. Além disso, as atividades desenvolvidas pelas estagiárias muitas vezes são incompatíveis com a etapa formativa, pois ainda não atingiram o nível de formação exigido para o desempenho de determinadas tarefas, o que torna a experiência desafiante” (Demschinski; Flach, 2022, p. 204).

Portelinha, Borssoi e Nez (2022) encontram o mesmo cenário em uma pesquisa desenvolvida com estudantes estagiárias/os em uma universidade no oeste do Paraná. Além de reforçar os apontamentos já feitos por Demschinski e Flach (2022), as autoras destacam ainda que a responsabilidade para que o estágio não-obrigatório seja, de fato, formativo, depende de um comprometimento efetivo de todas as partes envolvidas no processo (instituições formadoras de nível de ensino superior, redes de ensino (municipais e estaduais), universidades públicas/particulares, agências de integração que firmam os contratos de estágios remunerados e estudantes) e que este compromisso também deve promover uma real aproximação entre sujeitos do processo formativo, gerando reflexões sobre as reais condições e carreiras do trabalho docente na escola básica (Portelinha; Borssoi; Nez, 2022, p. 729). Em outro trabalho, Pretto e Portelinha (2022), além de realizarem o resgate histórico do estágio não-obrigatório no Brasil por meio da pesquisa documental, reconhecem o estágio não obrigatório remunerado, enquanto dimensão teórico-prática, como sendo fundamental para o processo formativo-educativo dos estudantes, mas também revelam que esses espaços podem constituir-se como espaços de exploração da mão de obra das/os estagiárias/os “[...] quando não observados os requisitos necessários para acompanhamento, planejamento e desenvolvimento das atividades relacionadas ao estágio nas instituições de ensino (Pretto; Portelinha, 2022, p. 183).

Buscando comparar as duas modalidades de estágio (obrigatória e não-obrigatória) no curso de Pedagogia de uma universidade do Mato Grosso, Lima, Silva e Vicente (2022) entrevistaram seis (6) estudantes que fizeram ambas as modalidades de estágio, tendo em vista mapear as contribuições das duas modalidades para a formação e atuação docente. Como resultados, as autoras destacam que as estudantes demonstram ter ciência do que diferencia ambos os estágios e apontam como comparativos: o fato do estágio não-obrigatório permitir uma imersão maior na realidade escolar devido à sua duração; o estágio obrigatório permitir maior reflexão sobre as práticas uma vez que os estudantes precisam fazer o relatório final de estágio e esse exercício demanda a articulação entre teoria e prática; a obrigatoriedade versus a escolha do estágio; e o fato de um estágio ser remunerado e o outro não. Ao final do estudo, as autoras destacam também que, no exercício de ambas as modalidades, os estudantes desenvolvem habilidades e competências

necessárias para a atuação docente, especialmente no tocante à familiaridade com o ambiente e rotinas escolares, facilitando sua adaptação aos diferentes espaços de atuação.

E por fim, Sulaiman *et al.* (2022) dedicaram-se a ouvir a perspectiva de supervisoras/es e estagiárias/os que já estão em sala de aula para compreender a importância de formações dialógicas e críticas para os estudantes e para os supervisores de estágio em uma articulação entre as redes de ensino e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Os autores destacam como resultados que, na perspectiva do estudante, a diversificação dos campos de estágio ao longo da graduação se torna um diferencial para a formação docente e para a compreensão das múltiplas realidades nas quais poderá atuar como futuro professor. E na perspectiva do professor orientador, é notada a compreensão da importância do estágio como espaço de formação docente, tendo a pesquisa como princípio educativo, e o debate sobre a formação de professores na atualidade, permeado de situações reais, tendo em vista superar a dicotomia na relação teoria e prática, escola e universidade, estagiário e orientador.

Por meio das pesquisas acima destacadas, entendemos que reconhecer a importância da modalidade do estágio não-obrigatório como atividade diferenciada para a formação inicial docente, requer compreender dilemas presente nas experiências vividas pelos estudantes e que esses dilemas são múltiplos e variados, dependendo do local no qual se formam e atuam. Nossa contribuição, com este artigo, é somar-se às pesquisas anteriormente citadas, colaborando na análise e compreensão do estágio não-obrigatório como atividade formativa que precisa ser valorizada também como espaço de pesquisa e reflexão crítica, tendo em vista aprimorar e enriquecer a experiência formativa do estudante, dentro e fora da universidade.

Percurso metodológico

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa pois envolve uma metodologia de pesquisa que valoriza os dados da realidade social e permite analisá-los por meio de diferentes técnicas. Segundo Chizzotti (2017, p. 98) “parte-se do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

Chizzotti também evidencia alguns aspectos que determinam as características deste tipo de pesquisa, sendo a delimitação e formulação do problema, o pesquisador, os pesquisados, os dados e as técnicas plausíveis para a coleta como elementos essenciais. Deste modo, apresenta o conhecimento e a pesquisa qualitativa como

um processo de formação e ação que deve provocar uma tomada de consciência pelos próprios pesquisados dos seus problemas e das condições que os determinam, para organizar os meios de defender e promover os próprios interesses sociais (Chizzotti, 2017, p. 103).

Ou seja, diante da análise e avaliação, cabe ao pesquisador considerar o tratamento de informações através da “interatividade” entre elas. Por isto Chizzotti (2017, p. 120) recorda que mesmo diante da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), o objetivo é de compreender criticamente a comunicação pela intimidade que se estabelece entre as respostas particulares dos sujeitos ao tecer suas investigações e interpretações.

Bardin (2016, p. 125), declara especificamente que a Análise de Conteúdo requer uma organização, desenvolvida através de uma intersecção cronológica, em torno da pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, sendo o conjunto de documentos submetidos às análises e sua avaliação, demarcado pela referência do contexto e as disposições em pesquisas. Assim, a autora afirma que a codificação corresponde à razão explícita de transformação “esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir como os índices [...]” (Bardin, 2016, p. 103). A seleção e exploração do material é que compõe a comunicação do documento e as significações dos dados para o registro, e é este movimento que realizamos para elencar as categorias na análise de dados mais adiante.

Com o intuito de enriquecer nossas percepções sobre os dados coletados em nossa realidade, uma revisão de literatura fez-se necessária para compreendermos os cenários e as múltiplas percepções sobre o estágio não obrigatório mapeados até então. Em tópico anterior (“O que dizem as pesquisas sobre as contribuições e contradições do estágio não-obrigatório”), os resultados deste levantamento já foram apresentados e discutidos, contribuindo significativamente para a posterior análise dos dados da realidade. Consideramos o levantamento bibliográfico uma parte importante desse processo de análise uma vez que “[...] não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 183).

Deste modo, imbuídos pelas discussões da literatura, partimos para análise dos dados de nossa realidade. Elaboramos um questionário semiestruturado a ser respondido online, via formulário eletrônico, que também foi submetido à apreciação e aprovação do Comitê de Ética e, posteriormente, ao Colegiado do curso de Pedagogia, para a anuência da coleta de dados com os estudantes do curso. Para a prospecção de dados, foram enviados e-mails aos estudantes matriculados, do 4º, 6º e 8º semestres do Curso de Pedagogia no modo “cópia oculta” para preservar o anonimato – conforme descrito no TCLE preenchido no mesmo formulário online do questionário – e atendendo à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Os discentes, divididos entre os turnos matutino e noturno, estão cadastrados e atuantes no estágio não-obrigatório, totalizando duzentos e sete (207) consultados, conforme listagem disponibilizada pela Divisão de Estágios.

Após uma rotina de três rodadas de solicitações de colaboração com a pesquisa via e-mail, do total de estudantes convidados (207), contamos com a resposta efetiva de vinte e dois (22) estudantes. Notamos, por meio das respostas, que os estudantes participantes estão distribuídos entre os 4º (13,6%), 6º (68,2%) e 8º (18,2%) semestres do Curso de Graduação em Pedagogia, sendo que metade deles (50%) atua em instituições particulares de ensino, (45,5%) em escolas públicas nas redes municipal, estadual ou federal que tem convênio de estágio firmado com a Universidade; e (4,5%) no Núcleo de Acessibilidade da própria Universidade.

Em relação às modalidades nas quais os estudantes atuam durante o estágio não-obrigatório, têm-se: Educação Infantil (68,2%); Anos Iniciais (22,8%); seguidos de Salas Multisseriadas (4,5%); e Atendimento à Comunidade em Geral (4,5%). Já as regiões nas quais esses estágios ocorrem são: Londrina (72,8%); Ibiporã (18,2%); Cambé; e Arapongas (4,5%) respectivamente.

O questionário utilizado foi composto por treze (13) questões semiestruturadas para melhor contemplar as possibilidades de resposta, sendo algumas em formato de alternativas (questões 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10) que versavam sobre: semestre de estudo; tipo de instituição na qual realiza o estágio não obrigatório (pública, privada, social); qual faixa de escolaridade atua no estágio; organização pessoal de horários entre estudo e estágio; em qual município se localizam as instituições; quais tipos de atividade realiza no estágio; de que maneira acredita que a prática vivenciada no estágio não obrigatório contribui para a sua formação; se considera a remuneração justa; e se sente em desvio de função em sua atuação como estagiário. Por seu turno, as questões dissertativas (questões 6, 11, 12 e 13) versavam sobre: quais as razões/motivos para realização do estágio não obrigatório; quais seriam as vantagens e desvantagens de conciliar ambas as ações, ou seja, os estudos ao longo do curso e a experiência no estágio não-obrigatório; quais são os pontos positivos das experiências vividas no estágio não-obrigatório; e por fim, quais os desafios vividos no estágio não-obrigatório, buscando, portanto, mensurar a subjetividade dos participantes diante das contribuições e contradições durante sua atuação do estágio não-obrigatório.

Para preservar o anonimato dos estudantes participantes desta pesquisa, optamos pelo uso da sigla “A + número”, correspondente à ordem de registro das respostas nos formulários, em que A1 será o aluno 01 e assim sucessivamente, até a A22 que corresponderá ao aluno 22.

Sobre o contexto institucional ao qual as estudantes participantes deste estudo estão vinculadas, o Regulamento de Estágio da Universidade foi desenvolvido respondendo à Resolução CEPE nº 0166/2008 (subordinada à Lei nº 11.788/2008), propõe o “Manual do Estagiário” da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD¹), que apresenta a modalidade do estágio não-obrigatório como

¹ PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação, órgão responsável pela administração e coordenação dos cursos de graduação da Universidade.

uma opção de atividade para o estudante, regulamentado pela PROGRAD. A inserção nesta modalidade de estágio é formalizada a partir da organização de documentações que envolvem: estudante, universidade e instituição que receberá o estudante para estagiar, sendo ela pública ou privada. Assim, a PROGRAD orienta, por meio de instruções internas da universidade, as ações que o estudante deve empreender para efetivar sua atuação em campo de estágio não-obrigatório, tais como: celebrar um termo de compromisso entre o estudante, a universidade e o convênio estabelecido com a instituição que contratará o estagiário; escrita de um plano de estágio, descritivo, com os objetivos e justificativas para o estágio, as atividades a serem desenvolvidas, os acordos estabelecidos entre as partes e o tempo previsto para experiência, determinado em até um (1) ano, podendo ser reorganizado pela adição ou redução de mais um (1) ano do tempo de contrato. Ao longo do estágio não-obrigatório, o estudante estagiário deverá apresentar relatórios parciais de atividades e, ao término, realizar um relatório final de atividades como avaliação do processo, o qual é elaborado em conjunto com a unidade concedente (escola/instituição que o recebeu), com anuência e ciência do professor orientador da instituição de ensino superior, e deve contemplar uma reflexão sobre os objetivos pretendidos, as experiências construídas ao longo do período, no contexto profissional.

Resultados e discussão: as aprendizagens mobilizadas pela experiência do estágio não-obrigatório e os desafios subjacentes a ele

Com a finalidade de interpretar e avaliar os dados obtidos no questionário, após as leituras e análises em busca da categorização, por meio da Análise de Conteúdo, organizamos a apresentação dos dados a partir das categorias a seguir: a) *razões e motivações para a vivência do estágio não-obrigatório*; b) *vantagens e pontos positivos gerados pela vivência*; c) *desafios e pontos negativos gerados pela vivência*.

Desta forma, nas linhas que seguem, explicitamos as categorias e os dados que forneceram elementos para interpretarmos a maneira com a qual o estágio não-obrigatório se materializa no percurso formativo dos estudantes de Pedagogia desta Universidade, visando conhecer os contextos em que se desenvolvem as atividades, bem como as contribuições e contradições decorrentes dessas vivências para a formação de futuros professores.

a) Razões e motivações para a vivência do estágio não-obrigatório

Dado o processo de formação de professores, sobretudo que contemple a articulação da prática com os estudos teóricos e a preparação para a realidade escolar, torna-se importante compreender objetivamente as circunstâncias e as justificativas que encaminham o estudante a

almejar a experiência oferecida pelo estágio não-obrigatório. Tardif (2002), ao abordar os saberes profissionais, destaca as múltiplas experiências que compõem o processo de se tornar professor:

Os saberes profissionais dos professores parecem ser, portanto, plurais, compósitos, heterogêneos, pois trazem à tona, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e manifestações do saber-fazer e do saber-ser bastante diversificados e provenientes de fontes variadas as quais podemos supor também que sejam de natureza diferente (Tardif, 2002, p. 61).

Consequentemente, apresenta como esclarecimento que a formação de professores se desenvolve a partir das experiências constituídas e influenciadas ao longo do contexto formativo do sujeito, sendo tal contexto cultural, histórico, político e pessoal, entre outros. Assim, é possível reconhecer a aquisição do saber como um processo de possibilidades e pluralidade diante das práticas e do conhecimento, para o ensino e aprendizado, que em sua ação irá ocorrer na particularidade de cada estudante em formação, apropriando-se diante das experiências e gerando assim um modelo de atuação no presente e no futuro.

Os participantes da pesquisa, apontam como razão e motivação principais para a realização do estágio não-obrigatório, prioritariamente, as experiências proporcionadas e a remuneração:

[...] essa é uma experiência a mais, fora do estágio obrigatório. São nesses momentos do estágio não-obrigatório em que nos deparamos com a realidade e conseguimos lidar com as divergências de dentro da sala de aula de uma maneira mais direta, e também participar do cotidiano das crianças por um longo período de tempo comparado ao estágio curricular, e também a remuneração por mais desvalorizada que seja (A11).

Acredito que o estágio não-obrigatório é uma grande oportunidade de aprendizado e o começo da inserção no mercado de trabalho. Aprendi muitas coisas no meu dia a dia na escola em que trabalhei, e ao mesmo tempo, aprendi a valorizar e cuidar mais do dinheiro que recebia pelo meu trabalho. O maior motivo de ter realizado esse estágio foi pela minha facilidade em lidar com crianças e também pelo salário (A16).

A oportunidade de estágio não-obrigatório uniu, na minha realidade, duas necessidades: a de receber uma bolsa pelo estágio e a de adquirir experiência na área educacional. Meu estágio atual está situado na própria Universidade, o que me permite conhecer a realidade dos estudantes cada vez mais de perto, desenvolver habilidades para trabalhar com o público da educação especial, estudar a perspectiva da inclusão, planejamento educacional, trabalho em grupo etc., além da remuneração financeira. Esses são motivos que me fazem realizar o estágio não-obrigatório (A19).

Avaliam, dentro das suas possibilidades, a necessidade de vivenciar uma atividade de formação dentro da sua própria área de estudo, compreendendo os processos de atividades laborais e o autodesenvolvimento. Constatam também o benefício de oferta da remuneração, tanto para complementação de renda, quanto como necessidade basilar para permanência no curso, pois como verificamos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), de acordo com a listagem mais recente, de 2021, grande parte das famílias do estudantes de Pedagogia apresentam como renda “de 1,5 a 3 salários-mínimos (R\$1.650,01 a R\$3.300,00)” (ENADE, 2021, p. 15), o maior percentual entre os estudantes (34,9%). Ou seja, confirma-se que o trabalho ao longo do

curso, para as/os estudantes-estagiárias/os, é muitas vezes condição para a permanência na universidade.

Cabe ressaltar também que as demais respostas levantadas caminham nesse sentido, evidenciando as contribuições das experiências do estágio não-obrigatório na formação docente, sendo classificada como algo “a mais” (A11), “oportunidade de aprendizado” (A16) e “necessidade [...] de adquirir experiência” (A19). Em conformidade com Pimenta e Lima (2006, p. 9), a associação entre prática e teoria é imprescindível diante das ações do estágio e desenvolvimento do estagiário, isto porque “a prática pela prática e o emprego de técnicas sem a devida reflexão podem reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática”. Ou seja, a “oportunidade de aprendizado” (A16), respalda os fundamentos teóricos e práticos, os quais devem ser desenvolvidos de acordo com a formação. Desta forma, é importante reconhecer que teoria e prática não atuam isoladamente ou dicotomicamente na formação do estudante. E as experiências no estágio não-obrigatório não se limitam apenas em aprender habilidades, as técnicas e recursos, mas também em valorizar, ao longo da formação na Graduação, a sistematização da experiência vivida em campo, que é essencial ao percurso formativo, sempre vinculada às questões de ordem teórica que embasam o fazer com propósito e finalidade.

b) Vantagens e pontos positivos gerados pela vivência

A possibilidade de imersão na realidade, proporcionada pelo estágio não-obrigatório no decorrer da formação acadêmica, expressa-se como parte progressiva e construtiva da identidade profissional, a qual visa à formação docente para a transformação do sujeito. De acordo com Nono e Mizukami (2006), envolve o potencial de promover e instigar os processos de estruturação de carreira profissional, os quais “procuram traçar seu próprio perfil profissional, apontando os aspectos que proporcionaram sua construção e reconstrução constantes” (p. 392).

Diante disso, as autoras afirmam que a prática educativa é um amplo processo de inventar e reinventar a própria ação, o que não se reduz somente às vivências do estágio. Tal aspecto é capaz de contemplar toda carreira do profissional docente, aliás de todo profissional engajado com sua área, visto que pressupõe que suas ações sejam alteradas e condizentes às necessidades do contexto, as novas tecnologias, as estratégias e as metodologias de ensino. Tiscoski e Bittencourt (2017), ao elucidar a contribuição do estágio não-obrigatório como parte sistematizada da educação, compreendem que:

O início da carreira do professor é complexo, uma vez que ainda não tem segurança, habilidade e competências para a sua prática, pois o próprio professor ainda está se conhecendo dentro desta profissão, em processo de aprendizagem de ser professor, apesar de passar pela formação, a prática é bem diferente, pode haver erros e acertos que levam ao crescimento do profissional. Por isso, é relevante dar importância à experiência reflexiva do

professor, por que quanto mais experiência com reflexão da sua prática, melhor vai ser a condução de suas tarefas na área da Educação (Tiscoski; Bittencourt, 2017, p. 123-124).

Constata-se, nas entrelinhas das falas dos estudantes, o encantamento pela descoberta da aprendizagem, pois, entre as possibilidades e inviabilidades com as quais se depara na rotina escolar, constitui-se cada dia mais na ação e, principalmente, como destacam as autoras, a reflexão do saber, de fazer e ser parte da Educação. Isso transparece, de certa forma, nas respostas dos participantes que evidenciam, diante das contribuições do estágio não-obrigatório, a evolução das experiências na vivência e promoção do aprender.

Passei a ter mais confiança em meu trabalho, aprendi a construir planejamentos e como conduzir a sala em momentos mais difíceis (A6).

[...] experiência, aprendizados práticos, atividades que são adequadas para cada faixa etária, convivência com as crianças e com os profissionais da escola (A18).

A vantagem é poder ter experiências práticas para poder fazer essa relação teoria-prática nas aulas em ambas as situações, tanto para contribuir em uma discussão de um texto trazendo exemplos que acontecem no dia a dia na escola, quanto no estágio dentro da escola utilizando a teoria vista em sala de aula nas minhas práticas pedagógicas com as crianças [...] (A22).

Com isso, o enriquecimento formativo gerado pela observação e colaboração dentro do espaço escolar, durante o estágio não-obrigatório, reforça que

[...] quanto mais próximo a acadêmica de Pedagogia está dos alunos, escolas, atividades educativas, melhor será sua compreensão diante da prática, pois Tardif (2002) afirma que os conhecimentos atribuídos da experiência de trabalho cotidiana auxiliam em constituir o alicerce da prática e das competências profissionais, fazendo com que a acadêmica vivencie experiências práticas, para estabelecer seu próprio saber profissional (Tiscoski; Bittencourt, 2017, p. 108).

Nesse sentido, as vivências do estágio não-obrigatório geradas pela presença diária das/os estagiárias/os na escola, desde o segundo ano do curso de Pedagogia, podem contribuir significativamente para a constituição do “ser professor” ao longo de todo o curso, favorecendo a construção dessa identidade profissional por meio da experiência em diferentes situações de ensino e aprendizagem, dentro do ambiente escolar.

c) Desafios e pontos negativos gerados pela vivência

Reconhecemos, por meio da literatura e das análises expostas até aqui, que o estágio não-obrigatório pode ser um espaço rico de formação complementar ao longo da graduação. Contudo, salientamos a importância de revelar as adversidades e vivências desfavoráveis apontadas pelas/os estudantes estagiárias/os, buscando compreender o contexto no qual estão inseridos, bem como para aprofundar a compreensão da relação entre Universidade e campo de estágio no que diz respeito a oferecer ao estudante um espaço saudável de aprendizagem, superando compreensões equivocadas sobre qual o papel/função das/os estagiárias/os dentro das escolas.

Nesse sentido, os estudantes consultados por esta pesquisa destacaram como desafios em sua rotina:

A rotina apertada para conseguir participar das aulas e chegar a tempo no campo de estágio, lidar com a desvalorização do meu cargo dentro da instituição e não saber ao certo qual a minha real função dentro da escola (que inicialmente era apoio a inclusão e agora varia entre apoiar salas, cobrir “hora atividade” de professores ministrando aulas sem ao menos um planejamento ou uma preparação prévia, cuidar das crianças no intervalo, fazer lembrancinhas, recortar bilhetes, adaptar atividades, entre outros). São alguns dos desafios que encontro no cotidiano, além de encontrar falhas nas metodologias e ter de me calar diante de injustiças cometidas contra as crianças, por não ter espaço de fala dentro da escola (A3).

Desvios de funções e acharem que estagiário está ali para fazer qualquer tipo de coisa (A9). Acredito que conciliar as demandas do trabalho e do estudo é um grande desafio, visto que os dois possui (sic) uma alta cobrança (A15).

Falta de tempo para participar de outras atividades de ensino/pesquisa/extensão (A19).

Remuneração baixa, o estagiário contratado como mão de obra barata e exercendo função de professor (A14).

Nos relatos, as atividades realizadas e o ato de conciliar as demandas acadêmicas e o estágio não-obrigatório, refletem, de acordo com A3, A15 e A19, a sobrecarga de afazeres no espaço do estágio e na rotina de estudos, pois constata um acúmulo de atividades, influenciando consequentemente na não participação e não integração em projetos pesquisa científica e outras ações desenvolvidas pela Universidade, por exemplo. Ou seja, realçam, diante desse cenário, a “alta cobrança” gerada por ambos os compromissos.

Conforme previsto na Lei nº 11.788/08 Art. 2 §2º, o estágio não-obrigatório é uma “atividade opcional”, mas que se torna relevante durante a formação do estudante pois é um espaço de construção da identidade do professor, diante do aprendizado, ação e reflexão inerentes à sua formação. Entretanto, pouco se discute sobre os desafios encontrados pelos estudantes neste processo de formação, que supera a indissociabilidade entre teoria e prática e o reconhecimento da sua importância, mas se manifesta na articulação e conciliação de afazeres e responsabilidades, pois como mencionam Pimenta e Lima (2012):

Essa profissão situa-se na contradição do discurso da valorização do magistério e das políticas de educação que normatizam inovações sem levar em conta as relações de trabalho dos professores. Assim, mesmo acreditando em si e na profissão, o estagiário pode esbarrar no contexto, em situações de desgaste, cansaço e desilusão dos profissionais da educação, nas condições objetivas das escolas, muitas vezes invadidas por problemas sociais, cuja solução está longe de sua área de atuação (Pimenta; Lima, 2012, p. 65).

Observa-se desse modo, a necessidade de organização acadêmica do estudante, da Universidade e das atividades desenvolvidas em campo, uma vez que os estudantes se deparam com uma rotina de desgaste e desencantamento da atuação diante dos desafios impostos não apenas pela realidade escolar, mas, também pela própria Universidade.

Outro desafio a ser pontuado é que, embora a legislação regulamente a atividade do estágio, a lei não prevê de forma clara quais são as funções do estudante-estagiário, tampouco como deve ser sua recepção por parte da instituição concedente, gerando, de acordo com as narrativas dos estudantes, a percepção de que o “estagiário está ali para fazer qualquer tipo de coisa” (A15). Outro aspecto relevante nas respostas selecionadas para análise é a necessidade de especificação das atribuições do estagiário no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que revela a baixa remuneração pela substituição da função de professor, como meio de “mão de obra barata” (A14). Demschinski e Flach (2018) também destacam a contradição expressa nos desvios de funções, respaldando-se nos problemas sociais e políticos que norteiam e controlam a Educação:

No entanto, a contratação de estagiários para atividades educacionais também precisa ser compreendida no contexto da exploração capitalista, pois a atividade se torna contraditória, visto que criada como processo essencialmente formativo se molda à realidade e contribui para a substituição ou redução de contratos de profissionais habilitados, colaborando para a desvalorização profissional (Demschinski; Flach, 2018, p. 117).

Assim, tais práticas de desvio funcional acarretam o desprestígio à atuação do profissional em formação e dos que já estão há anos na carreira docente e habilitados para atuação e que muitas vezes não encontram colocação nos espaços de atuação. Por isso, reforçamos a necessidade de reavaliação e constante fiscalização do campo de estágio não-obrigatório, tanto das funções e atribuições feitas aos estudantes, quanto da parte concedente e do estagiário, pois como destacam Pimenta e Lima (2012):

O desafio é proceder ao intercâmbio, durante o processo formativo, entre o que se teoriza e o que se pratica em ambas. Esse movimento pode ser mais bem realizado em uma estrutura curricular que supõe momentos para reflexão e análise das práticas institucionais e das ações dos professores à luz dos fundamentos teóricos das disciplinas e das experiências de seus profissionais (Pimenta; Lima, 2012, p. 57).

Para Saviani (2011), também as condições de trabalho têm um impacto decisivo na atuação e formação do docente, pois:

Ora, tanto para se garantir uma formação consistente como para se assegurar condições adequadas de trabalho é necessária a provisão dos recursos financeiros correspondentes. Aí está, portanto, o grande desafio a ser enfrentado. É preciso acabar com a duplicidade pela qual, ao mesmo tempo em que se proclamam aos quatro ventos as virtudes da educação, exaltando sua importância decisiva num tipo de sociedade como esta em que vivemos, classificada como “sociedade do conhecimento”, as políticas predominantes se pautam sempre pela busca da redução de custos, cortando investimentos. Faz-se necessário ajustar as decisões políticas ao discurso imperante (Saviani, 2011, p. 17).

Assim, de modo recorrente, notamos que o caráter formativo e o acompanhamento docente são imprescindíveis ao processo formativo, que pode ser enriquecido por meio do estágio não-obrigatório. As amplas possibilidades de atuação do estudante, do saber e da reflexão, bem como a imersão prolongada nas rotinas da escola, são diferenciais formativos que esta modalidade de

estágio proporciona, para além do estágio obrigatório curricular. Porém, admite-se que o distanciamento entre as regulamentações e a realidade, denunciam as dificuldades para o acompanhamento e a avaliação mais próxima da/o estudante estagiária/o, uma vez que esta modalidade de estágio ocorre em situação de supervisão indireta.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo compreender as vivências do estágio curricular não-obrigatório como espaço de formação para as/os futuras/os pedagogas/os por meio das reflexões apresentadas pelos estudantes do curso de Pedagogia, buscando evidenciar contribuições e contradições deste processo.

Por meio da literatura, foi possível estabelecer um diálogo entre as pesquisas realizadas nos últimos dez anos sobre a formação de professores, sua relação com o estágio não-obrigatório e as experiências construídas pelos estudantes, evidenciando diferentes realidades e interpretações em contextos variados, revelando integrações e divergências no processo de formar-se “dentro e fora” da universidade. Buscamos também compreender o caráter do estágio não-obrigatório, essencialmente em sua organização, destacando suas características previstas em lei, a regulamentação da universidade em suas competências, as exigências de ação e a interlocução com o estagiário diante das atribuições em campo.

Em seguida, exploramos as razões e motivações para atuação nesses espaços, de acordo com os referenciais teóricos, e a união estabelecida entre o âmbito acadêmico e a realidade escolar, diante das amplas possibilidades de observação e integração à prática que o campo de estágio não-obrigatório oferece.

Ao analisar os dados, verificamos as contribuições elencadas pela literatura e pelos estudantes, os quais reforçam a compreensão do estágio não-obrigatório como atividade complementar e enriquecedora para a formação e futura atuação docente, permitindo estabelecer uma relação entre os estudos realizados na universidade e as oportunidades de socialização das aprendizagens por meio da ação, integração, observação e a colaboração nas atividades desenvolvidas na realidade escolar, por meio do campo de estágio não-obrigatório.

No que tange às desvantagens e aos desafios encontrados, apresentam-se na literatura e nas falas dos estudantes, a sobrecarga na articulação entre os afazeres acadêmicos e as demandas do campo de estágio não-obrigatório, a ausência em projetos e atividades extracurriculares ofertados pela universidade em períodos alternativos, que levem em conta a concomitância com as atividades em campo de estágio. Apontam também a baixa remuneração como aspecto relevante, bem como o

exercício de tarefas não condizentes à atuação prevista para as/os estagiárias/os, que são profissionais ainda em formação.

Por meio da análise da literatura e das respostas dos estudantes sobre a opção por realizar o estágio não-obrigatório e a relação desta atuação com sua vida acadêmica, verificou-se a convergência para a percepção sobre a riqueza de experiências adquiridas *versus* a sobrecarga gerada no processo formativo. Esta condição parece estar diretamente relacionada à necessidade de remuneração do estudante para sua permanência na universidade e o interesse em gerar oportunidades futuras de inserção no mercado de trabalho.

A análise permitiu concluir que os aspectos apresentados pelos estudantes e pela literatura revelam um cenário de formação e atuação nos cursos de Pedagogia que põe em pauta a necessidade de reestruturação da Lei nº 11.788/08 – orientadora das demais regulamentações de estágio –, para que especifique quais atividades podem ser de fato desempenhadas pelo estagiário. Atualmente, compete à instituição concedente e ao processo de supervisão realizado pela universidade, por meio dos docentes orientadores, o acompanhamento dessas atividades de forma indireta. Contudo, essa modalidade de supervisão abre espaço para múltiplas interpretações dos afazeres das/os estagiárias/os - especialmente por parte das unidades concedentes de estágio - impactando em desvios de funções e compromissos com demandas mais complexas, antes mesmo da formação completa do estudante. De maneira direta ou indireta, essas situações geram consequente desvalorização de profissionais habilitados/as, que não são contratados (ou concursados) para vagas disponíveis para a docência pois coloca-se, cotidianamente, as/os estagiárias/os para desempenharem seus papéis a um “custo” muito menor do que de um profissional contratado, revelando o quanto a escola também está suscetível à lógica de mercado e lucro.

Importa destacar por fim, que entendemos que a possibilidade de uma supervisão direta (que seria a mais adequada, tal qual é feita para os estágios obrigatórios) por parte dos docentes das universidades em instituições de estágios não-obrigatórios, seria a opção mais adequada para o efetivo acompanhamento das rotinas e atribuições dadas às/os estagiárias/os. Contudo, é sabido que também essa ausência se relaciona às condições de trabalho dos docentes de ensino superior, por meio da distribuição de carga horária docente adicional que já opera em sobrecarga nas universidades, a necessária reposição do quadro docente universitário por meio de concursos públicos e a regulamentação de seu papel como orientador, também no estágio não-obrigatório.

Deste modo, visto que tal experiência formativa é muito presente nos cursos de Pedagogia, espera-se que esta pesquisa tenha contribuído no amplo cenário de pesquisas já existentes, revelando nuances dessas vivências no curso ora analisado, e que este exercício permita estabelecer relações sobre as múltiplas percepções sobre o estágio não-obrigatório em outros cursos de

Pedagogia e licenciaturas de diferentes instituições de ensino superior do país. Esperamos que, por meio de pesquisas futuras, seja possível avançar cada vez mais na compreensão do papel construtivo do estágio não-obrigatório para a formação da/o pedagoga/o e das/os professores em geral.

Referências

ANTUNES, Fernanda Vitorino; BITTENCOURT, Ricardo Luiz de. Aproximações e distanciamentos entre a formação acadêmica em pedagogia e o estágio não obrigatório. **Revista Saberes Pedagógicos**, v. 2, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/4254>. Acesso em: 12 set. 2024.

ARAÚJO, Ludmilla Carneiro; BRAGA, Simone de Almeida; VENÂNCIO, Bruno. Estudantes de Pedagogia em estágio não obrigatório: reflexões para a formação docente. **Linhas Críticas**, v. 28, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-04312022000100138&script=sci_arttext. Acesso em: 12 jun. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL. **Relatório Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) – Pedagogia 92260**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira, 2021.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Diário Oficial**: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 187, p. 3, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

CASAGRANDE, Gisele; CASAGRANDE, Samira. Os desafios dos acadêmicos do curso de pedagogia sobre o estágio não obrigatório. **Revista Saberes Pedagógicos**, v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/4565>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2017.

DEMSCHINSKI, Sandra Cristina; FLACH, Simone de Fátima. O estágio não-obrigatório na formação de professores: entre o processo formativo e a exploração da força de trabalho. **Educação em Revista**, Marília, v. 19, n. 2, p. 109-128, jul./dez., 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/7466>. Acesso em: 12 set. 2024.

DEMSCHINSKI, Sandra Cristina; FLACH, Simone de Fátima. Exploração discente: contradições do estágio não obrigatório em cursos de Pedagogia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 34, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1276>. Acesso em: 12 jun. 2024.

LIMA, Deiliane Santos; SILVA, Martha Holanda da; VICENTE, Kyldes Batista. Estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório: contribuições para formação e atuação pedagógica. **Revista Pedagogia Social UFF**, [S.l.], v. 12, n. 12, 2022. Disponível em: <http://www.revistadepedagogiasocial.uff.br/index.php/revista/article/view/322>. Acesso em: 12 set. 2024.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência: diferentes concepções. **Poiesis Pedagógica**, Goiânia, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 12 set. 2024.

- LIMA, Felipe; SANTOS, Valdeci Luiz Fontoura dos; GIARETA, Paulo Fioravante. As contribuições do estágio não-obrigatório na formação inicial do pedagogo docente. **Pesquisas e Práticas Educativas**, v. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://epf.unesp.br/pepe/index.php/pepe/article/view/13/1>. Acesso em: 12 set. 2024.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- NONO, Maévi Anabel; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Processos de formação de professores iniciantes. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 97, n. 217, p. 382-400, set./dez. 2006. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1450/1189>. Acesso em: 12 set. 2024.
- NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom quixote, 1995.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda; MAIA, Marta Nidia Varella Gomes. Nas veredas do estágio docente: (re)aprender a olhar. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa: UFF, v. 22, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/13935>. Acesso em: 12 set. 2024.
- PAIVA, Maria Cristina Leandro de; COSTA, Leide Dayana Pereira de Freitas. O estágio não obrigatório no contexto da formação inicial do pedagogo. **Textura – Revista de Educação e Letras**, v. 19, n. 41, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2388>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- PORTELINHA, Ângela Maria Silveira, BORSSOI, Berenice Lurdes; NEZ, Egeslaine de. O estágio remunerado no curso de pedagogia: experiência com o trabalho docente. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 8, n. 27, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/263163>. Acesso em: 12 jun. 2024
- SAVIANI, Dermeval. Formação de professores no Brasil: dilemas e perspectivas. **Poiesis Pedagógica**, Campinas: UNICAMP, v. 9, n. 1, p. 07-19, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/issue/view/1039>. Acesso em: 12 set. 2024.
- SULAIMAN, Samia Nascimento; SANTOS, Adele Guimarães Ubarana; NASCIMENTO, Débora Maria do; Bortoletto, Denise; LIMA NETO, José Alves de. Janela de Diálogo 04 - Estágio obrigatório e não-obrigatório como espaço dialógico de formação docente. **Cadernos de Estágio**, v. 4, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cadernosestagio/article/view/30561>. Acesso em: 12 jun. 2024
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- TISCOSKI, Isabela Gomes; BITTENCOURT, Ricardo Luiz de. Contribuições do estágio não-obrigatório para a formação inicial do professor. **Revista Saberes Pedagógicos**, Criciúma: UNESC, v. 1, n. 1, jan./jun., 2017, p. 105-126. Disponível: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/pedag/article/view/3189> Acesso em: 12 set. 2024.